

ENUNCIADO E SENTIDO EM MICHEL FOUCAULT

André Luiz Joasilho e Mariângela P. Galli Joasilho
UEL

RESUMO: *Este artigo apresenta uma discussão do conceito de enunciado, tal como definido por Michel Foucault em Arqueologia do Saber (1969). Os autores buscam compreender o enunciado como ferramenta de análise na obra de Foucault, enfocando o seu caráter material e sua relação com outros conceitos e categorias de análise.*

ABSTRACT: *This article presents a discussion of the concept of statement, as defined by Michel Foucault in Archaeology of Knowledge (1969). The authors seek to understand the statement as a tool of analysis in Foucault's work, focusing on its material character and its relationship to other concepts and categories of analysis.*

Nos meios acadêmicos, uma longa batalha vem se travando em torno do “legado” de Michel Foucault. *Discurso, saber, poder, microfísica, micropolítica*; enfim, vários termos formulados e utilizados pelo autor são apropriados como conceitos de valor heurístico por muitos pesquisadores.

Porém, teriam efetivamente estes conceitos tal valor? Teria Foucault providenciado um corpo teórico em relação ao qual se deve estabelecer uma compreensão realmente exata? Seria possível saber com precisão o que Foucault entendia dos seus próprios conceitos? Se tivermos em conta a própria posição de Foucault com relação aos seus conceitos ou a uma teoria pessoal, estas perguntas são descabidas:

... meu discurso, longe de determinar o lugar de onde fala, evita o solo em que se poderia apoiar. É um discurso sobre discursos, mas não pretende neles encontrar uma lei oculta, uma origem recoberta que só faltaria libertar; não pretende tampouco estabelecer, por si mesmo e a partir de si mesmo, a teoria geral da qual eles seriam modelos concretos. Trata-se de desenvolver uma

dispersão que nunca se pode conduzir a um sistema único de diferenças, e que não se relaciona a eixos absolutos de referência; trata-se de operar um descentramento que não permite privilégio a nenhum centro (Foucault, 1986, p.233).

Essa descentralização do discurso foi muito pouco observada por comentadores “foucaultianos”, em geral, críticos, em particular. Seus seguidores pretendem apresentar normalmente “o que exatamente ele quis dizer”, afrontando a sua própria posição sobre a verdade e a autoria. Críticos não vão mais longe, tentando apontar falhas filosóficas, epistemológicas ou históricas nas suas obras.

Se partirmos da ideia de que Foucault buscava formas de compreender práticas discursivas, notar-se-á que os seus conceitos eram, em sua maior parte, provisórios, isto é, não tinham valor de verdade ou de chaves mestras, simplesmente serviam como ferramentas para explorar um determinado assunto num determinado momento da investigação. Assim, *loucura, epistême, prisões, sexualidade*, por exemplo, foram investigadas com ferramentas específicas de serventia momentânea, sendo, posteriormente, abandonadas sem o menor pudor ou arrependimento, como, por exemplo, *formação discursiva*, expressão utilizada à exaustão na fase arqueológica e, posteriormente, deixada de lado, dando lugar à *prática discursiva*; com efeito: “o abandono aparente do tema do discurso após 1971, em favor de uma análise das práticas e estratégias, corresponde ao que Foucault descreveu como a passagem de uma arqueologia a uma “dinastia do saber”¹ (Revel, 2008, p.40). Isso não nos impede de compreender essas ferramentas no momento em que são utilizadas. Este é o nosso objeto, ao analisar o conceito de enunciado em Michel Foucault, especialmente quando ele o delimita na sua obra *A Arqueologia do Saber* (1969/1986).

AD, sujeito e enunciado

Em nossa compreensão, não se pode discutir o conceito de enunciado em Foucault sem confrontá-lo com o que se formula em Análise do Discurso, especialmente a de linha francesa. Muitos pesquisadores em AD filiam seus trabalhos, pelo menos em parte, às questões levantadas por Michel Foucault, principalmente, às relativas ao discurso, à autoria e ao enunciado. Sobressaem-se citações d’*A arqueologia do Saber*, d’*A ordem do discurso* (1996) e d’*O que é um autor* (1992) nos trabalhos de analistas de discurso, que buscam mesclar conceitos construídos dentro de sua área do saber, como um campo de cientificidade próprio, e as proposições foucaultianas, para analisar os discursos e, mais particularmente, o enunciado, o tema deste estudo.

O ponto zero para as Teorias da Enunciação e para a AD é o enun-

ciado estruturado/organizado por palavras, pois “ela (AD) não separa o enunciado nem de sua estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas. Ela dá suas próprias regras de leituras, visando permitir uma interpretação.” (Mazière, 2007, p.13). As análises devem mostrar que o sentido se produz a partir de uma base estruturante, isto é, iniciando pela palavra, o átomo do discurso. Mas não qualquer palavra, ou melhor, qualquer palavra posta em movimento. E o vetor é o sujeito, como veremos adiante.

Dessa forma, se tomarmos um de seus textos fundadores, o de Z. Harris, na Revista *Langages* 13, veremos que um dos primeiros procedimentos na AD é a procura da equivalência das frases para constituir o sentido do discurso; vejamos:

“A primeira etapa na análise do discurso consiste em decidir quais elementos devem ser considerados como equivalentes (...). Isso não é sempre automático, não se trata simplesmente de encontrar quais dos elementos que têm ambientes idênticos; pois, 1º, pode-se ter aqui várias maneiras de partir uma frase em partes equivalentes; e 2º, é preciso determinar em qual direção procurar as cadeias de equivalência que são menos evidentes” (Harris, 1969, p.20-21)²

Logo, a busca na análise é a do sentido por confirmação, quer dizer, busca-se frases que se repetem em diferentes locais, mas que têm o mesmo sentido. Portanto, o ponto chave é a enunciação, ou melhor, quem enuncia, implicando, obviamente, no sujeito.

No entanto, o sujeito na AD é o sujeito determinado pela estrutura do texto, portanto, um não-sujeito. Vejamos: “referência obrigatória, o sujeito da AD é um ‘lugar de sujeito’ em uma abordagem dessubjetivada. De fato, ele não pode ser apreendido, a não ser no interior de cada uma das buscas do analista, em função de seu desígnio interpretativo de sua posição quanto à língua.” (Mazière, 2007, p.22). No entanto, esta concepção de sujeito, a despeito das tentativas de aproximação, não é no mesmo sentido empregada por Foucault, ao contrário, pois para a AD o sujeito é negado pela sua condição de alienação face ao texto. Eliminada a alienação, o sujeito poderia ser também sujeito de seu discurso, mas esta tarefa não caberia aos linguistas (cf. Mazière, 2007, p.62 e ss.). É nesse sentido que também Pêcheux vê o sujeito da enunciação na sociedade capitalista (cf. 1988, pp. 130 e ss.). Ele (o sujeito), na realidade, está impedido de ser o próprio discurso, pois alienado, só pode ser vetor de um discurso que passa por ele, mesmo sendo o enunciador:

A oposição entre enunciado, texto realizado e enunciação, ato de produção do texto, apareceu com as análises da lingüística européia, na convergência dos estudos formalistas sobre as estruturas narrativas e aquelas da estilística de Praga e de Genebra. Num dos pólos coloca-se a estrutura significativa de um enunciado acabado e fechado e onde, nele mesmo, cada elemento responde pelo conjunto; no outro pólo, o sujeito, cujo ato único e decisivo, o qual criou o enunciado, é mediado por uma sucessão de estruturações e de integrações, cada uma delas encontrando por qualquer ligação um reflexo num texto assim marcado e determinado. A enunciação é presentificada seja como o surgimento do sujeito no enunciado, seja como a relação que o locutor mantém através do texto com o interlocutor, ou como atitude do sujeito falante face a seu enunciado. Além disso, e sem se identificar aos mecanismos de produção, de geração de enunciados, ela seria, antes de tudo, um processo como o texto é uma estrutura (...) (Dubois, 1969, p.100)³

A posição de Dubois define bem a situação do sujeito no discurso, mediado pela estruturação da língua, assim “na AD compreende-se que exista um “sujeito assujeitado, falado por seu discurso” (Mazière, 2007, p.10), porém, não é o caso de Foucault. Para este, a questão do sujeito não passa por um emissor e, muito menos, por um discurso que o assujeita, como veremos adiante. Na AD, o sujeito aparece como um não “autor”, quer dizer, ele é “atravessado” pelo discurso, ou melhor, por discursos. Práticas sociais existentes constituem as falas que, por sua vez, se fazem a partir de enunciados que estão presentes nessas práticas sociais; por isso, ideologia faz parte desta ideia de sujeito falante: ele fala ideologia, ou melhor, a ideologia passa por ele. Daí, busca-se a compreensão do enunciado, em primeiro lugar, e a constituição de discurso, em segundo. Mas ainda cabe um reparo: para a AD, “enunciados e discursos serão dois termos, por vezes e equivocadamente, confundidos em AD, visto que um é um dado, o outro, uma investigação, que permite estabelecer um *corpus*” (Mazière, 2007, p.14).

Assim, desde os trabalhos iniciais, os estudos se concentraram em determinados textos:

Os primeiros *corpora* estudados foram textos políticos e textos fundadores. As técnicas de segmentação (...) são então aplicadas a um conjunto de textos selecionados para significar por contraste: contraste político (...); contraste de gênero (...); contraste diacrô-

nico (propriedade feudal/propriedade burguesa) (Mazière, 2007, p.15).

No entanto, para Foucault não existe texto fundador, pois não se trata de uma interpretação, ou melhor, trata-se de um comentário ou comentário de comentários, pois:

a repetição indefinida dos comentários é trabalhada do interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada além daquilo que já havia em seu ponto de partida, a simples repetição. O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado (...). O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta (Foucault, 1996, pp. 25-26).

Já Pêcheux compreende que:

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (...) de pontos de deriva possíveis, oferecendo um lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.

E é nesse ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajero discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes (Pêcheux, 1990, pp.53-54).

Logo, a interpretação deve dar conta do sentido, construído na relação entre enunciado e sociedade, isto é, para Pêcheux, trata-se de uma dialética do texto. Isso se afasta de proposição foucaultiana, que não busca uma dialética e muito menos o sentido do enunciado.

Foucault, enunciado e discurso

Para Foucault, em primeiro lugar, o enunciado deve ser tomado como plenamente histórico e isto quer dizer que deve estar ligado não às especificidades temporais típicas do conhecimento histórico, mas às suas regras de formação. Um enunciado não atravessa os séculos e é usado conforme a época, ele é inventado em cada época. Por exemplo, a

literatura não tem um conjunto próprio de enunciados que sofrem modificações no tempo, mas são enunciados formulados em determinada época que podem constituir uma formação chamada, hoje, literatura. Logo, se encontrarmos algo chamado literatura em outra época será necessário verificar as formulações de enunciados que levaram a compor esta formação e que quase nada tem a ver com outra mais recente (Foucault, 1986, p.25)

Então, em segundo lugar, ele está sempre em correlação, quer dizer, nunca está isolado num discurso no qual se busca o sentido numa continuidade, e sim é sempre vizinho de outro, logo,

trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (idem, p.31).

Em terceiro lugar, busca-se verificar o enunciado na sua descontinuidade, isto é, não é na sua forma contextual ou estrutural, ou ainda, num ambiente de texto. Ele é marcado pela sua relação com outros enunciados e não na participação da construção de sentido de um texto.

Porém, a questão não é pulverizar formações discursivas tradicionais (literatura, ciência, filosofia, etc.) em infinitos enunciados que se relacionam de acordo com a vontade do investigador ou, ainda, de uma pretensa unidade e continuidade, mas compor quadros dos quais as próprias formações tradicionais são parte, ou melhor, encontram o seu lugar de constituição (id., p.32-33).

Por fim, não é simples jogo interpretativo, mas análise de funcionamento e das relações entre enunciados (id., p.33). Mas onde encontrar essas relações? Assim, “é preciso, empiricamente, escolher um domínio em que as relações corram o risco de ser numerosas, densas e relativamente fáceis de descrever” (id., p.34), como a do sujeito ou do corpo.

Dessa forma, o enunciado não é

um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso (id., p.90).

Isto é, não é o zero do discurso e somente poderia existir dentro de uma “estrutura proposicional definida” (p.91), ao contrário, ele pode ter um significado sem se referir necessariamente a uma frase ou a um conjunto lógico-gramatical. Enfim, não há necessariamente uma equivalência entre a frase e o enunciado, portanto, para Foucault há uma clara distinção entre os dois. A frase pode conter um ou mais enunciados, mas o enunciado não precisa ser uma frase, vejamos:

Quando encontramos em uma gramática latina uma série de palavras dispostas em coluna – *amo, amas, amat* –, não lidamos com uma frase, mas com o enunciado das diferentes flexões pessoais do indicativo presente do verbo *amare* (...) Pode-se ir mais longe: uma equação de enésimo grau ou a fórmula algébrica da lei da refração devem ser consideradas como enunciados; e se possuem uma gramaticalidade muito rigorosa (...), não se trata dos mesmos critérios que permitem, em uma língua natural, definir uma frase aceitável ou interpretável (...). Não parece possível, assim, definir um enunciado pelos caracteres gramaticais da frase (id., p.93).

Foucault coloca claramente que o enunciado não se reduz a uma unidade linguística, “superior ao fenômeno e à palavra, inferior ao texto”, como afirma (id., p.122). E tendo esclarecido que o enunciado é uma função, cabe se ocupar dela:

... pondo em jogo unidades diversas (elas podem coincidir às vezes com frases, às vezes com proposições; mas são feitas às vezes de fragmentos de frases, séries ou quadro de signos, jogo de proposições ou formulações equivalentes); e essa função, em vez de SAR um ‘sentido’ a essas unidades, coloca-as em relação com um campo de objetos; em vez de lhes conferir um sujeito, abre-lhes um conjunto de posições subjetivas possíveis; em vez de lhes fixar limites, coloca-as em um domínio de coordenação e de coexistência; em vez de lhes determinar a identidade, aloja-as em um espaço em que são consideradas, utilizadas e repetidas (id., p. 122).

Assim, o enunciado não é uma construção aleatória da língua, é uma potencialidade, mas isso não quer dizer, como já foi visto, que ele é a possibilidade de sentido mesmo que não implique numa frase, pois, por exemplo,

o teclado de uma máquina não é um enunciado; mas a série de letras – A, Z, E, R, T –, enumerada em um manual de datilografia, é o enunciado da ordem alfabética adotada pelas máquinas francesas. Eis-nos, pois, em presença de um certo número de conseqüências negativas: não se requer uma construção lingüística regular para formar um enunciado (...); mas não basta tampouco qualquer realização material de elementos lingüísticos, ou qualquer emergência de signos no tempo e no espaço, para que um enunciado apareça e passe a existir. O enunciado, portanto, não existe nem do mesmo modo que a língua (...), nem do mesmo modo que objetos quaisquer apresentados à percepção (Foucault, 1986, p.97).

Logo, o enunciado é uma função de existência (id., p.99), pois ele permite a existência dos signos, porque constitui a relação entre os próprios signos, mesmo porque se refere a algo; portanto, a existência do enunciado está diretamente ligada a sua relação de referência, isto é, ao seu correlato, logo: “o que se pode definir como *correlato* do enunciado é um conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas.” (id., p.104)

Portanto, para Foucault, trata-se de descobrir as regras de formação da correlação e, neste aspecto,

o referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade (Foucault, 1986, p.104).

Mas, se o enunciado não o grau zero do discurso, nem sua unidade lógica, mas sim o correlato do signo, como reconhecê-lo? “Pela análise das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação, em que ele mesmo faz aparecer as diferenças” (id., p.105).

Além disso, o emissor do enunciado não é o mesmo do autor. Tome-mos o exemplo do teclado da máquina de escrever “azert”, quem o enuncia? No caso, podemos nos colocar como sujeitos enunciadorez pelo fato de o fazermos neste momento, mas não necessariamente ocupamos a posição da autoria. É nesse sentido que, para Foucault, a questão do sujeito enunciadorez não é relevante (id., p.106), pois “é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo

indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes indivíduos.” (id., p.107, cf. também p.109). E, ao mesmo tempo, não implica que o enunciado é ideológico. Afinal, qual seria a carga ideológica de “AZERT”?

Desta forma, o sujeito é também relacional já que não é preciso que alguém específico esteja ali, mas que alguém enuncie, isto é, alguém está na posição de enunciar num determinado momento, num determinado lugar, daí o caráter relacional, cabe encontrar as condições para que alguém enuncie.

É importante lembrar que o enunciado prescinde do contexto da mesma forma que do sujeito, porém ele não isolável, ele não existe por si, “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (id., p.112) e, portanto,

“não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola.” (id., p.114).

O que implica numa materialidade, quer dizer, para existir ele “é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas surgida, estiver condenada a se desvanecer.” (id., p.115). Isso nos leva a perceber que de se trata de uma circularidade, isto é, o enunciado pode ser repetido indefinidamente atualizando outros, portanto não se trata de algo único e exclusivo no tempo e espaço, mas de algo que sempre é colocado em funcionamento, é sempre utilizado ora por um, ora por outro, o que o coloca longe da questão do contexto ou da estrutura. Trata-se, antes de tudo, de uma relação.

Quando se fala em relação, não se busca uma contiguidade contextual, como se espera quando se trata de um assunto. Por exemplo, quando falamos em educação e de sua história, busca-se a confirmação documental pela exaustão do assunto, ou melhor, o contexto. Leis, decretos, discursos pedagógicos, proposições didáticas, etc., que confirmem o contexto chamado “história da educação num determinado período”. Na relação enunciativa, a referência não passa necessariamente pelo assunto, mas pelo objeto, e no caso do nosso exemplo, o objeto é o corpo, portanto, a pergunta sobre o objeto se faz de modo diferente. A questão não é por que, mas como. Como foi possível constituir determinadas práticas educacionais sobre o corpo dos alunos em determinado momento? Como ocorreram mudanças nessas práticas?

A mutação do questionário implica no questionamento da construção de discursos através de enunciados e de sua relação com o objeto. Assim, a função enunciativa,

em vez de dar um ‘sentido’, a essas unidades, coloca-as em relação com um campo de objetos; em vez de lhes conferir um sujeito, abre-lhes um conjunto de posições subjetivas possíveis; em vez de lhes fixar limites, coloca-as em um domínio de coordenação e de coexistência; em vez de lhes determinar a identidade, aloja-as em um espaço em que são consideradas utilizadas e repetidas. Em suma, o que se descobriu não foi o enunciado atômico (...) mas sim o campo de exercício da função enunciativa e as condições segundo as quais ela faz aparecerem unidades diversas (id., p.122).

Isso nos leva a pensar sobre a formação discursiva. Foucault a define como

o princípio de dispersão e repartição, não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados (...), o termo discurso poderá ser fixado: conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico (id., p. 124).

Assim, antes de contrapor o que a linguística havia formulado em termos conceituais sobre o enunciado, Foucault toma emprestado o termo e lhe dá um uso diferente. A mesma coisa se passa com “discurso”, “formação discursiva”, “frase”, “proposição”, etc., constituindo um campo conceitual particular, voltado exclusivamente para as pesquisas que empreendia no momento, tanto que pouco ele falará de enunciado nos escritos posteriores ao da *Arqueologia do saber*, mesmo porque, as pesquisas posteriores (a prisão, a sexualidade), ganharam seus próprios conceitos, isto quer dizer, Foucault era um fabricante de conceitos efêmeros, ou melhor, inventava os seus próprios instrumentos para suas pesquisas e estes, muitas vezes, não serviam para as pesquisas posteriores, tanto que ele afirma:

“Não, certamente, que eu queira contestar o valor de semelhante modelo (conceitual); não que eu queira contestar o valor de semelhante modelo; não que eu queira, antes mesmo de tê-lo testado, limitar-lhe o alcance e indicar imperiosamente o limiar que

não deveria ser por ele transposto. Mas gostaria de fazer aparecer uma possibilidade descritiva, esboçar o domínio ao qual ela é suscetível, definir seus limites e sua autonomia. Essa possibilidade descritiva se articula com outras; não deriva delas.” (id., p.124).

Dessa maneira, ele não busca estabelecer “o que foi dito”, ou o sentido, mas o uso, pois, o enunciado se relaciona com o objeto, expressando a sua materialidade e não o seu sentido: “...a análise dos enunciados não pretende ser uma descrição...” (id., p.125)

Portanto, descrever do enunciado não significa estabelecer o seu sentido último e inequívoco. Trata-se antes de “definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (...) uma existência, e uma existência específica” que se relaciona com objetos e “como um jogo de possíveis posições para um sujeito” (idem, *ibidem*), estabelecendo uma coexistência dentro de uma materialidade repetível (id., *ib.*).

Enunciado e materialidade

Seguindo este raciocínio, vemos que a descrição dos enunciados para Foucault, se afasta das disposições da AD que pretende dar visibilidade ao que está dito; dar visibilidade ao que está além do visível, pois o que vemos ou entendemos pode ser enganoso. Não há nada além ou aquém do enunciado. Ele é uma positividade, quer dizer, ao que ele se refere é exatamente ao que ele se refere e “analisar uma formação discursiva é, pois, tratar um conjunto de performances verbais ao nível dos enunciados e da forma de positividade que os caracteriza; ou, mais sucintamente, é definir o tipo de positividade de um discurso” (id., p.144). Logo, não se trata de descobrir o não-dito no que está dito, mesmo porque o enunciado se refere a uma materialidade e a um jogo de posições do sujeito. Se ele tem como relação um objeto e prescinde do autor, então não há além nem aquém, somente ele, pois,

o enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto (...). A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e nenhum outra em seu lugar. Desse ponto de

vista, não se reconhece nenhum enunciado latente: pois aquilo a que nos dirigimos está na evidência da linguagem efetiva (id., p.126).

Cabe compreender, dessa forma, que o enunciado necessita de um outro olhar, uma outra questão, como foi dito acima, trata-se de

interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz (...). Trata-se de suspender, no exame da linguagem, não apenas o ponto de vista do significado (...), mas também o do significante, para fazer surgir o fato de que em ambos existe linguagem, de acordo com domínios de objetos e sujeitos possíveis, de acordo com outras formulações e reutilizações eventuais (id., p.129).

A referência não é o sujeito, mas as possibilidades de um sujeito qualquer ocupar o lugar de enunciação, pois “a análise dos enunciados se efetua (...) sem referência a um *cogito* (...)”. Ela situa-se, de fato, no nível do ‘diz-se’. Do mesmo modo, a referência não é para qual significante remete o significado, mas a relação entre enunciado e objeto: o que existiria para além de “AZERT” ou “ASDFG”? Se não há significado oculto, também não está visível, pois o teclado da máquina de escrever se refere a uma materialidade, à própria máquina, mas ela também é uma enunciação sobre o corpo, afinal, não devemos assumir determinadas posturas diante dela? Não devemos aprender a utilizá-la? Então, o enunciado “ASDFG” não se inscreveria correlatamente nos enunciados sobre o corpo? Sobre a pedagogia?

É na relação que se torna possível a descrição dos enunciados, porém, descrevê-los significa pô-los em conjuntos que Foucault chamou de formações discursivas, e, com efeito,

o que se descreveu sob o nome de formação discursiva constitui, em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de performances verbais que não estão ligadas entre si, no nível das *frases*, por laços gramaticais (sintáticos ou semânticos); que não estão ligados entre si, no nível das *proposições*, por laços lógicos (de coerência formal ou encadeamentos conceituais); que tampouco estão ligados, no nível das *formulações*, por laços psicológicos (seja a identidade das formas de consciência, a constância das mentalidades, ou a repetição de um projeto); mas que estão ligados no nível dos *enunciados* (id., p.133).

Em suma, para Foucault:

a formação discursiva é o sistema enunciativo geral ao qual obedece um grupo de performances verbais – sistema que não o rege sozinho, já que ele obedece, ainda, e segundo suas outras dimensões, aos sistemas lógico, lingüístico, psicológico. O que foi definido como ‘formação discursiva’ escande o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados (id., p.134).

Assim, antes da formação discursiva ser a somatória de enunciados definidos pelo contexto, quer dizer, por suas contiguidades, ela é a própria correlação com os enunciados: “a análise do enunciado e a da formação são estabelecidas correlativamente” (id., p.135).

Essa correlação, nos leva, finalmente, ao discurso e

chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (...) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (id., p.135).

É neste trajeto que Foucault chega ao seu conceito de “prática discursiva”: “é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (id., p. 136).

Com relação à prática discursiva, cabe dizer que Foucault acrescentará, nas obras seguintes, a questão do poder que, embora delineado, no período arqueológico, somente ganhará corpo na fase genealógica, abandonando o conceito de formações discursivas.

No entanto, podemos ver no enunciado o delineamento, pelo menos provisório, como tudo na obra de Foucault, de uma analítica das formações discursivas e também das práticas discursivas, ou ainda, quase um método. No entanto, é importante notar que este conceito não adquiriu, pelo menos para o autor, um valor heurístico, mas permite compreender que o discurso, ou a sua formação, é essencialmente histórico. Vejamos:

Não se pode mais dizer que uma descoberta de um princípio geral, ou a definição de um projeto, inaugura – e de forma maciça – uma fase nova na história do discurso. Não se deve mais procu-

rar o ponto de origem absoluta, ou de revolução total, a partir do qual tudo se organiza, tudo se torna possível e necessário, tudo se extingue para recomeçar. Temos de tratar de acontecimentos de tipos e níveis diferentes, tomados em tramas históricas distintas; uma homogeneidade enunciativa que se instaura não implica de modo algum que, de agora em diante e por décadas ou séculos, os homens vão dizer e pensar a mesma coisa; não implica, tampouco, a definição, explícita ou não, de um certo número de princípios de que todo o resto resultaria como consequência. As homogeneidades (e heterogeneidades) enunciativas se entrecruzam com continuidades (e mudanças) linguísticas, com identidades (e diferenças) lógicas, sem que umas e outras caminhem no mesmo ritmo ou se dominem necessariamente (id., p.167).

Então, o enunciado não transcende o próprio discurso, ele o compõe mas dentro de determinadas regras de formação e que são constituídas historicamente, quer dizer, nas práticas que se instituem em torno de objetos. Daí a constante criação de ferramentas para compreender essas práticas e determinar objetos que não são naturais como o corpo, a loucura, a sexualidade, a punição, ou melhor, como práticas discursivas os tornaram naturais.

Notas

1 L'abandon apparent du thème du discours après 1971, au profit d'une analyse des pratiques et des stratégies, correspond à ce que Foucault décrit comme le passage d'une archéologie à une 'dynastique du savoir'.

2 La première étape dans l'analyse du discours consiste à décider quels éléments doivent être considérés comme équivalents (...). Ce n'est pas toujours automatique, il ne s'agit pas simplement de trouver ceux des éléments qui ont des environnements identiques, car 1° il peut y avoir plusieurs façons de couper une phrase en parties équivalentes ; e 2° il nous faut déterminer dans quelle direction chercher les chaînes d'équivalences qui sont moins évidentes.

3 L'opposition entre l'énoncé, le texte réalise et l'énonciation, acte de production du texte, apparaît avec les analyses de la linguistique européenne, à la convergence des études des formalistes sur les structures narratives et de celles de la stylistique pragoise et genevoise. A l'un des pôles on pose la structure signifiante d'un énoncé achevé et clos, et où, para là même, chaque élément répond de l'ensemble ; à l'autre pôle, le sujet, dont l'acte unique et décisif, qui crée l'énoncé, est médiatisé par une succession de structurations et d'intégrations, chacune d'entre elles trouvant par quelque lieu un reflet dans un texte ainsi marqué et déterminé. L'énonciation est présentée soit comme le surgissement du sujet dans l'énoncé, soit comme la relation que le locuteur entretient par le texte avec l'interlocuteur, ou comme l'attitude du sujet parlant à l'égard de son énoncé. Ailleurs, et sans s'identifier aux mécanismes de production, de génération des énoncés, elle serait avant tout un procès, comme le texte est une structure.

Referências Bibliográficas

- CERTEAU, M. (1990). *L'invention du quotidien. 1. arts de faire*. Paris: Gallimard.
- CHARTIER, R. (1990). *A história cultural*. São Paulo: Bertrand Russel/DIFEL.
- DELEUZE, G. (1987). *Foucault*. Lisboa: Vega.
- DUBOIS, J. (1969). "Énoncé et énonciation". In : *Langages*, nº 13, vol 4.
- FOUCAULT, M. (1986). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- _____. (1977). *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- HARRIS, Z. S. 1969. "Analyse du discours". In: *Langages*, nº 13, vol 4.
- MAZIÈRE, F. (2007). *A análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial.
- PÊCHEUX, M. (1990). *O discurso, estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- REVEL, J. (2008). *Dictionnaire Foucault*. Paris: Ellipses.

Palavras-chave: Foucault, enunciado, história das ideias

Key-words: Foucault, statement, history of ideas